



v. 10, n. 3 – 2021 – ISSN 2316-395X

# **Comunidade Quilombola Beco do Caminho Curto (Joinville/SC): os desafios do empoderamento étnico**

## **Quilombola Community of Beco do Caminho Curto (Joinville/SC, Brazil): the challenges of the ethnic empowerment**

## **Comunidad Quilombola Beco do Caminho Curto (Joinville/SC, Brasil): los desafíos del empoderamiento étnico**

---

**Sirlei de Souza<sup>1</sup>**

**Tales Vicenzi<sup>2</sup>**

**Jonathan Prateat<sup>3</sup>**

**Salete dos Santos da Silva<sup>4</sup>**

---

Recebido em: 30/7/2021

Aceito para publicação em: 15/2/2022

---

<sup>1</sup> Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora adjunta da Universidade da Região de Joinville (Univille).

<sup>2</sup> Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Univille. Professor adjunto da Univille.

<sup>3</sup> Mestre em Design e Expressão Gráfica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e doutorando em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Professor adjunto da Univille.

<sup>4</sup> Graduada em Psicologia pela Univille.

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo problematizar questões que envolvem os processos de racismo estrutural e o empoderamento étnico dos moradores da Comunidade Quilombola Beco do Caminho Curto, localizada em Joinville, Santa Catarina (SC). As reflexões apresentadas são fruto de um projeto integrado de ensino, pesquisa e extensão desenvolvido no decorrer dos últimos anos, com a participação de professores e acadêmicos de uma universidade comunitária. As narrativas aqui analisadas são oriundas de pesquisa de campo, em que foram realizadas entrevistas semiestruturadas com participantes da referida comunidade. O foco de análise é a compreensão de aspectos que compõem o processo de constituição social da comunidade. Questões relacionadas ao preconceito sofrido ao longo da história, às tensões vividas no processo de reconhecimento como comunidade quilombola e à precarização das condições de vida por causa da ausência de serviços básicos como saneamento, saúde e educação são apontadas como fatores essenciais que permeiam a experiência, ora da negação do racismo, ora de enfrentamento dele, nessa comunidade recém-certificada como comunidade quilombola.

**Palavras-chave:** comunidade quilombola; racismo estrutural; empoderamento étnico; Joinville.

**Abstract:** The present article aims to problematize the issues that involve the processes of structural racism and ethnic empowerment of the inhabitants of a *quilombola* community called Beco do Caminho Curto, located in Joinville, Santa Catarina, Brazil. The considerations are the result of an integrated project of teaching, research, and extension developed over the last few years, with the participation of teachers and students from a community university. The narratives analyzed here come from field research in which they were considered semi-structured with community participants. The focus of the analysis is to understand the aspects that make up the community's social constitution. Issues related to the prejudice suffered throughout history, the tensions experienced in the process of recognition as a *quilombola* community, and the precariousness of living conditions due to the lack of basic services such as sanitation, health and education are pointed out as essential factors that permeate the experience, sometimes of denial of racism, sometimes of confronting it in this newly certified community as a *quilombola* community.

**Keywords:** *Quilombola* community; structural racism; ethnic empowerment; Joinville.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo problematizar puntos que implican los procesos del racismo estructural y el empoderamiento étnico de los residentes de la Comunidad Quilombola Beco do Caminho Curto, ubicada en Joinville, Santa Catarina, Brasil. Las reflexiones presentadas son resultado de un proyecto integrado de enseñanza, pesquisa y extensión desarrollado en los últimos años con la participación de maestros y alumnos de una universidad comunitaria. Las narrativas aquí analizadas vienen de una investigación de campo, en que fueran hechas entrevistas semiestructuradas con integrantes de la referida comunidad. El foco de análisis es la comprensión de aspectos referentes al proceso de constitución social de la comunidad. Puntos relacionados al prejuicio sufrido a lo largo de la historia, a las tensiones vividas en el proceso de reconocimiento como comunidad quilombola y a la precarización de las condiciones de vida debido a la falta de servicios básicos como saneamiento, salud y enseñanza se revelan como factores esenciales que impregnan la experiencia, sea de la negación del racismo, sea de enfrentamiento de ese racismo, en la comunidad recién-certificada como quilombola.

**Palabras clave:** comunidad quilombola; racismo estructural; empoderamiento étnico; Joinville.

## INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de uma pesquisa vivencial na Comunidade Quilombola Beco do Caminho Curto, localizada na Estrada Fazenda, Pirabeiraba (Joinville, Santa Catarina – SC). O objetivo de tal pesquisa é problematizar as questões que envolvem os processos de construção social de uma comunidade quilombola e o seu empoderamento étnico, bem como sentimentos de pertencimento da população da comunidade à ancestralidade afrodescendente. Trata-se de uma comunidade recém-reconhecida como remanescente de população quilombola<sup>5</sup> em um contexto social e histórico marcado pela invisibilidade das populações afrodescendentes. As reflexões aqui apresentadas fazem parte de um projeto integrado de ensino, pesquisa e extensão desenvolvido pela Universidade da Região de Joinville (Univille)<sup>6</sup>.

Os dados da pesquisa foram coletados durante seis meses, de abril a setembro de 2019, a fim de compreender de que modo se estabelecem as relações de autoidentificação e pertencimento à comunidade, além de entender como suas condições e relações socioculturais e econômicas afetam a condução de suas vidas. Com o levantamento, pôde-se discutir a (in)visibilidade social e política dessa comunidade, que, mesmo sendo reconhecida e certificada na esfera federal como quilombola, permanece sem representação política e está ainda, internamente, em um processo de autorreconhecimento e de construção do empoderamento étnico.

Nesse sentido, debruçar-se sobre as questões do racismo estrutural e o impacto na constituição social da comunidade remanescente quilombola Beco do Caminho Curto, cuja história, de acordo com os indícios de pesquisas realizadas até dezembro de 2019, remonta ao período da escravidão na cidade, confirma o desconhecimento de parte da história de Joinville (SC), bem como indica a necessidade de continuação das pesquisas, para, por meio da extensão universitária e de outros atores sociais<sup>7</sup>, promover a socialização desse conhecimento e, em conjunto com a comunidade, fomentar o debate sobre aspectos que apresentam os sujeitos negros na constituição étnica da cidade.

Para compreender a realidade que atinge as populações afrodescendentes no Brasil contemporâneo, é preciso se ater, mesmo que de forma breve, ao processo de desenvolvimento do Brasil pautado na mão de obra escrava e, sobretudo, na decisão das elites liberais de invisibilizar a contribuição e a presença dessas populações no território nacional por séculos. Para Anjos (2010, p. 13),

---

<sup>5</sup> Segundo o § 4.º do art. 3.º do Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003, é competência da Fundação Cultural Palmares (FCP) a emissão de certidão das comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral (BRASIL, 2003). Sobre a certificação da Comunidade Beco do Caminho Curto, ver: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/certificacao-federal-garantira-direitos-de-antiga-comunidade-quilombola-de-joinville>; <https://www.nsctotal.com.br/colonistas/lisandra-oliveira/criancas-da-comunidade-quilombola-sao-destaques-em-exposicao-0> e <https://www.joinville.sc.gov.br/noticias/comunidade-de-joinville-e-certificada-como-quilombola/>. Acesso em: 18 dez. 2019.

<sup>6</sup> O projeto foi aprovado em fevereiro de 2018, em sua primeira versão, e reaprovaado em 2020 com duração de mais dois anos. É mantido pelo Fundo de Apoio ao Ensino (Faeg), Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) e Fundo de Apoio à Extensão (Faex) da Univille. Com o objetivo de promover discussões sobre cidadania e direitos humanos, o projeto envolve hoje oito cursos, cinco professores e aproximadamente 30 alunos voluntários.

<sup>7</sup> Entre tais atores, a Universidade da Região de Joinville (Univille), a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), o Grupo de Voluntários da Companhia Águas de Joinville, o Movimento Negro Maria Laura, o Coletivo Ashanti de Mulheres Negras de Joinville e os Engenheiros Sem Fronteiras vêm possibilitando com suas atividades, pesquisas e projetos maior visibilidade à comunidade, por meio de manifestações de suas necessidades e reivindicações que afloram insistentemente no cotidiano e são divulgadas para o restante da sociedade.

nas respostas territoriais da dinâmica do tráfico por quase quatro séculos, o Brasil aparece com alguns destaques: foi o país contemporâneo de maior importação de populações africanas e registro de quilombos (antigos e territórios étnicos atuais); foi a nação na América do Sul que continuou impondo o sistema escravocrata, mesmo depois da independência de Portugal (66 anos) e um dos últimos Estados a sair do regime escravista.

Para Leite (2008), o processo de industrialização brasileira continuou com um modelo excludente próprio do liberalismo do século XIX, intensificando a desigualdade existente. Após a abolição e expulsos do mundo rural,

os negros, como integrantes de um segmento desvalorizado e desqualificado, ficaram à mercê da sazonalidade das ofertas de trabalho nos setores em expansão na construção civil, como bóias-frias, safristas ou posseiros, e principalmente na economia informal. Obrigados a mudar de lugar sucessivamente, vão ao mesmo tempo concebendo esses lugares como pontos fixos, compondo e enfatizando essa “cartografia negra” no que tange à própria definição da sua identidade, como grupo local, regional ou nacional, desde uma cidadania que se caracteriza principalmente por ser inferiorizada (LEITE, 2008, p. 968).

No que se refere ao processo de colonização de regiões do Brasil, Leite (2008, p. 967) esclarece que

a colonização da região Sul atendeu aos interesses das elites intelectuais e políticas de implantar um povoamento com populações tidas como racialmente superiores e provenientes de áreas tidas como mais desenvolvidas.

Santa Catarina foi inserida em tal processo, de forma a contribuir com esse projeto liberal e,

com o intuito de tornar o País “racialmente mais branco”, propiciou condições favoráveis aos imigrantes e com elas, a reprodução das desigualdades instauradas no período escravista, confirmando, assim, as teorias raciais em vigor (LEITE, 2008, p. 967).

Entre os defensores da ideia de eugenia, ou seja, a ciência que acreditava ser possível produzir o “melhoramento racial humano”, estavam médicos, intelectuais, acadêmicos, entre outros. Ações como os concursos de eugenia, promovidos pelo Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, dirigido pelo Dr. Waldomiro de Oliveira entre 1929 e 1932, tinham como objetivo “selecionar matrizes para a constituição da futura ‘raça pura’ nacional” (MASIERO, 2005, p. 200). Em 1918 foi fundada a Sociedade Eugênica de São Paulo, por iniciativa de Renato Kehl e Dr. Armando Vieira Carvalho, realizadora de Congressos e ações para a disseminação da eugenia para a sociedade (MASIERO, 2005).

Tais fatores apontam para uma formação étnica desigual na Região Sul, mais especificamente em Joinville, cidade marcada pelo reforço constante da identidade étnica europeia, sobretudo germânica. Esse reforço foi amplificado pelas próprias famílias que imigraram e se tornaram precursoras dos cenários comercial e industrial da cidade, responsáveis por resgatar e preservar sua origem, principalmente após a campanha de nacionalização ocorrida no período do governo Vargas em 1938 (SANTOS, 2013).

Havendo apoio para a vinda de imigrantes, a ideia da necessidade de se estabelecer em um país mais branco e um movimento na cidade para o restabelecimento das origens germânicas, a população afrodescendente foi posta à margem da tipologia social e étnica joinvilense.

O lugar ocupado pelos grupos imigrantes europeus, juntamente com os já existentes, reforçou um tipo de fronteira étnica “especular” em relação às teorias raciais importadas da Europa ou recriadas no Brasil, à naturalização das desigualdades, à biologização das diferenças e à legitimação de um modelo nem sempre explícito de segregação (LEITE, 2008, p. 967).

Em Joinville, fundada como colônia em 1851 (IBGE, 2017), por vezes se construiu um discurso que reforçou a invisibilidade do povo negro, tanto em sua historiografia quanto na fala do Poder Executivo e da mídia local, negligenciando a presença das populações afrodescendentes na construção da história da cidade e mantendo segregada uma rica contribuição à cultura e à identidade local. Os elementos ligados à cultura germânica foram enaltecidos desde a fundação da Colônia Dona Francisca. Conforme Cunha (2008, p. 109):

Desde o princípio, era do interesse das elites locais destacar em seus discursos a ideia de que a colônia-cidade foi construída pelo trabalho dos imigrantes germânicos, provando assim a sua superioridade em relação aos demais grupos.

Por muito tempo Joinville foi idealizada com base em representações sociais que reproduziam a ideia de uma cidade construída pelo imigrante ideal, ou seja, trabalhadores europeus que conduziram o município à prosperidade. A historiadora Sandra Guedes (2007) atenta para o olhar acadêmico perante essas representações, afirmando que “esse estereótipo do joinvilense loiro é reforçado em várias [...] publicações, principalmente em material publicitário da cidade veiculado das mais diferentes formas” (GUEDES, 2007, p. 1-2).

Apolinário Ternes, escritor e jornalista joinvilense, teve influência decisiva para que essa representação fosse amplamente aceita e tida como um fator verossímil na história da cidade. O autor afirma, em sua obra sobre a colonização de Joinville, que o número de escravizados em Santa Catarina era reduzido: “Em 1840 a população catarinense se limita a 67.218 habitantes, dos quais 12.580 de escravos e 54.638 de brancos e libertos” (TERNES *apud* GUEDES, 2007, p. 3), ou seja, uma porcentagem média de 18% de pessoas escravizadas. Ternes aponta que essa é uma quantidade pequena, o que de fato se dá, tendo em vista os dados apresentados, mas não se tratava de uma população ínfima – mais de 12 mil é uma quantidade reduzida perante a população total, porém significativa.

Indo adiante dos dados genéricos, Guedes (2007) analisou outros documentos além dos produzidos pela administração da colônia, como cartas de sesmarias, atestados de óbito, registros de batismo e inventários *post mortem*. Por exemplo, ao verificar os registros populacionais da Colônia Dona Francisca e depois os de Joinville, no século XIX e no início do XX, “percebe-se que a população de luso-brasileiros e seus respectivos escravos não foi computada” (GUEDES, 2007, p. 6). A autora ainda salienta que, comparando essas informações com os dados eclesiásticos (os quais continham a quantidade de pessoas escravizadas que cada família possuía), nota-se rapidamente que essa população ficava fora das estatísticas, sendo incluídas somente as populações imigrantes que entravam na colônia ou saíam oficialmente dela por meio da companhia colonizadora. Guedes (2007) conclui que a presença de pessoas escravizadas na colônia de alemães, levando em conta os dados de documentos não oficiais como suporte de análise, não era tão insignificante assim.

Segundo a historiadora Ilanil Coelho (2011, p. 40), “a presença dos negros em Joinville remonta aos anos anteriores à imigração europeia para a região no século XIX”. A força de trabalho era utilizada nos engenhos de farinha e açúcar na região.

Existem relatos de que, há aproximadamente 130 anos, se beneficiava a cana-de-açúcar em uma usina na região da Estrada do Caminho Curto (dados do arquivo histórico, segundo estudo da Prefeitura Municipal de Joinville – 2017). As famílias dos descendentes europeus eram mais lembradas nos relatos coletados pelo Arquivo Histórico de Joinville (AHJ) em

1992. Nessa região, há vestígios de que uma comunidade remanescente de quilombolas vivia nesse espaço, contudo, dada a construção historiográfica, a etnia germânica foi mais evidenciada no decorrer do tempo, fazendo com que se apagassem ou ficassem em segundo plano registros de afrodescendentes.

De fato, na Comunidade Beco do Caminho Curto, nossas pesquisas encontraram relatos que retratam as histórias de vida e trabalho de uma geração de afrodescendentes em uma região predominantemente germânica. Embora tenha se passado mais de um século, segundo o depoimento dos moradores locais, todo o entorno daquela comunidade se desenvolveu graças ao trabalho de seus antepassados. Hoje, configura-se como uma pequena comunidade, um agrupamento de moradias de famílias com vínculos de parentesco muito próximos<sup>8</sup>, no entanto a pesquisa não localizou produções historiográficas tratando de sua constituição como comunidade descendente de populações escravizadas. O reconhecimento pela Fundação Palmares aconteceu pautado em processo de mobilização, principalmente desencadeado, à época, pelas lideranças dos movimentos sociais negros da cidade e da Gerência Regional de Educação<sup>9</sup>.

Durante nossa participação no Projeto Integrado, percebeu-se que a maioria dos sujeitos, em 2019, desconhecia o contexto histórico e social do termo *quilombola* ou tinha grandes dificuldades em compreendê-lo. Algumas vezes, notou-se um temor ou resistência em ser identificado e se identificar como descendente de africanos escravizados ou afro-brasileiros. Isso pode não ser uma questão apenas da comunidade, mas sim parte das dinâmicas psicológicas e sociais imbricadas nos corpos negros brasileiros e que estão relacionadas ainda com a ideia de branqueamento. Não mais aquela visão propagada no século XIX, baseada nas teorias eugênicas, mas na concepção do “preto de alma branca”, em que, para os outros sujeitos, o negro deve se comportar cada vez menos como um negro, e mesmo o próprio negro se apresentar o menos negro possível (NUNES, 2010). Esse tornar-se menos negro, que Hasenbalg (2005) chama de “branqueamento social”, está diretamente relacionado ao surgimento de possibilidades de alcançar algum outro *status* social ou ao menos a possibilidade de se tornar, visto pelo grupo ao qual se é subalternizado, menos perseguido, menos incomodador aos olhos de quem oprime.

Como mencionado, o processo de invisibilidade negra é resultado de uma política/ideologia articulada de mestiçagem e branqueamento promovida pelas elites e pelo Estado brasileiro ao longo dos séculos. Conforme Leite (2000, p. 343):

Por outro lado, num país cuja principal estratégia de embranquecimento e ascensão social foi a miscigenação, “ser negro”, reconhecer-se como tal, dependeu, portanto, de um amplo entendimento desta identidade social, pautada quase sempre pela ambiguidade e cuja construção esteve em permanente mudança e reelaboração.

Não é difícil observar que a sociedade estabeleceu o branco como padrão social, cultural, estético e que, por sua vez, negros são vistos como menores, menos capazes, menos bonitos e menos humanos.

<sup>8</sup> A Comunidade Beco do Caminho Curto contava em 2020 com 27 famílias, somando aproximadamente 150 pessoas (dados coletados pelo Projeto Integrado), que vivem em um pequeno espaço de terra, às margens da Estrada Fazenda. *Link* do Google Maps: <https://www.google.com/maps/place/Estr.+Fazenda+-+Pirabeiraba,+Joinville+-+SC/@-26.2101338,-48.8771743,1420m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x94dea8abf8f5d50f:0x877aeb334dec197!8m2!3d-26.2094022!4d-48.8748485>. Acesso em: 20 dez. 2019.

<sup>9</sup> O processo de certificação teve início em 2013, e o reconhecimento da comunidade aconteceu seis anos depois, em 2019. A Defensoria Pública da União teve participação importante no processo, por meio do defensor regional de direitos humanos de Santa Catarina, que auxiliou as lideranças locais no envio dos documentos que faltavam para o reconhecimento.

Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais (BENTO, 2002, p. 3).

Além desse processo sistêmico opressor, que coloca o negro como figura a ser descartada e até temida, há um outro processo que fortalece a dificuldade de constituição da identidade, que é a transposição das responsabilidades pela desigualdade do branco para os negros. Estes são vistos como “passíveis de serem prejudicados ou explorados” (BENTO, 2002). Ou seja, a culpa pela escravidão, pobreza, segregação passa a ser do povo negro e não dos brancos, os quais, por vezes, compreendem que “todos são iguais” e que não há por que tratar do racismo em esferas políticas, por exemplo.

Para a Comunidade Beco do Caminho Curto essa difícil relação entre o sujeito e sua negritude, em um país estrutural, institucional e culturalmente racista, e em uma cidade que sempre se viu como germânica, pode ganhar ainda mais peso. É possível que o rótulo “quilombola” seja visto como um reforço de identidade negra, posicionando-se contrário ao ideal de “igualdade” vigente nas ideias liberais (PAULANI, 1999). É bem verdade que alguns relatos de moradores apontavam desconhecimento sobre o termo *quilombola* e seu significado; assim, a ideia de identidade negra, que era superficial e afetada pelo contexto sociopolítico-cultural da cidade, mistura-se à necessidade de adaptar-se a um novo rótulo, tão desconhecido como ainda mais “enegrecedor”.

Hall (2019, p. 30), ao falar sobre identidades nacionais, diz que “não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas no interior da representação”. Já Alves e Alkmin (2021, p. 591) afirmam que “toda identidade resulta de uma construção, tem uma história por trás”. Tempo, vivências, experiências e histórias são blocos na formação de identidades. Até pouco tempo as pessoas da Comunidade Beco do Caminho Curto não sabiam que eram quilombolas, ou seja, não tinham a construção dessa identidade e, mesmo que tenham nascido naquele espaço, não nasceram com tal consciência. Essa identidade vem sendo construída nos últimos 15 anos e esbarra nas desordens sociais e barreiras encontradas no ato da negritude e no pertencimento a uma comunidade tradicional afro-brasileira.

Importante retomarmos a situação de marginalização da população negra no Brasil para melhor compreendermos o estranhamento da própria população da Comunidade Beco do Caminho Curto para com sua certificação como comunidade remanescente de quilombola. Diante de uma persistente realidade de exclusão da população negra no país no início do século XX, Leite (2008, p. 968) esclarece:

Noções se ampliam e o quilombo ressurgiu como uma forma de denunciar a continuidade da ideologia do embranquecimento e a exclusão dos negros do projeto republicano de modernização do País.

Passado um século, os indicadores socioeconômicos denunciam que a população negra no Brasil permanecia em situação de extrema desigualdade (IBGE, 2019a, 2019b), o que gerou grande mobilização do movimento social negro em 1988

durante Assembleia Nacional Constituinte e, após sua promulgação, reforçaram sua retórica sobre a ideia de reparação, da abolição como “um processo inacabado” e da “dívida”, em dois planos: a herdada dos antigos senhores e a marca que ficou em forma de estigma, seus efeitos simbólicos geradores de novas situações de exclusão (LEITE, 2008, p. 969).

Nesse sentido, o século XXI mantém o desafio de efetivar as políticas públicas trazidas pela Constituição Cidadã de 1988, entre elas o reconhecimento e a certificação das comunidades quilombolas como um território de direitos. A efetivação desse reconhecimento pode se dar de duas maneiras sem serem excludentes entre si: a primeira, pelos indícios históricos da existência de um antigo quilombo nas terras indicadas para certificação; a segunda, pela autodeclaração e autoidentificação da população moradora daquele território (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2021).

De maneira mais específica, as questões que norteiam esta pesquisa têm por objetivo colaborar para o entendimento do processo de reconhecimento de autoidentificação e pertencimento dessa comunidade de remanescentes quilombolas que, pela falta de referência das memórias de suas histórias de luta, resistência e partilhas, encontra dificuldade no processo de autodenominação identitária, mesmo oficialmente tendo recebido a certificação como uma comunidade remanescente de população quilombola.

Tal reflexão nos ajuda a analisar o fato de essa população, por vezes, incomodar-se com o termo *remanescente de quilombola* ou com o fato de morarem no que os outros chamam de “Beco do Caminho Curto” e não na Vila Leopoldina, atual nome dado ao local pela Prefeitura de Joinville. A pergunta que poderíamos fazer aqui é: uma vez reconhecida como comunidade remanescente de quilombolas, por que se faz necessário discutir autorreconhecimento e identidade étnica? Essa não é uma premissa para o próprio reconhecimento?

Nessa perspectiva, talvez tenhamos de compreender, e por hora reconhecer, como tal processo foi construído e como o espaço temporal entre a entrada oficial do processo nos órgãos formais e a certificação da comunidade, prazo de quase uma década, pode ter criado lacunas na reflexão e na construção da identidade étnica. Isso faz sentido se analisarmos a conjuntura com base nas reflexões de Almeida (2014, p. 39): “a identidade étnica é sempre a produção de uma imagem e a transformação do sujeito ao assumir, negar ou negociar essa imagem”.

Para melhor refletir sobre a questão, apropriamo-nos das discussões construídas por Félix-Silva *et al.* (2019), que, em um artigo no qual analisam o percurso de pesquisa feita por estudantes e professores de psicologia sobre a temática em uma comunidade remanescente de quilombola, problematizam a questão com uma maestria admirável e concluem que

as mulheres, por meio da negação ou do estranhamento diante das perguntas das pesquisadoras sobre os aparatos culturais típicos de uma tradição ancestral negra, não se reconhecem, necessariamente, como membros de uma comunidade quilombola; alguns se reconhecem tão somente como moradoras de uma comunidade rural como é a comunidade de Macambira, sem por isso deixar de ser uma Comunidade Quilombola (FÉLIX-SILVA *et al.*, 2019, p. 139).

Diante da complexidade para a compreensão da identidade nessas comunidades, as reflexões do presente artigo foram conduzidas com base no conceito de identidade descrito por Pollack (1992, p. 204):

Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.



A superficialidade relatada pelo autor é vista como o ponto de partida para o entendimento de identidade, mas o estudo avança quando se trata de identidade sob o viés proposto por Schmitt, Turatti e Carvalho (2002, p. 4), que dizem que a identidade ainda se constitui pelo parentesco e pelo território. Na perspectiva dos estudos culturais, Silva (2000) diz que a afirmação de determinada identidade pode ser legitimada pela referência de um suposto passado.

Tal conceito também pode ser visto no *website* da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ, 2019):

Os remanescentes de quilombo são definidos como grupos étnico-raciais que tenham também uma trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, e sua caracterização deve ser dada segundo critérios de auto-atribuição atestada pelas próprias comunidades, como também adotado pela Convenção da OIT [Organização Internacional do Trabalho] sobre Povos Indígenas e Tribais.

Se ampliarmos o escopo da compreensão, encontraremos aspectos sociais, históricos e subjetivos diferenciados, conforme o grupo em que se está inserido e o trabalho exercido, fatores esses que interferem na definição da identidade. Segundo Duarte-Vieira (2018, p. 1), “ao longo do tempo, essas comunidades vêm resistindo a influências externas e lutando pela inclusão social por meio das ações de atenção integral”. Diante das lutas pela sobrevivência e contra a segregação social, parte dessas comunidades chega a negar inicialmente suas origens, ou por desconhecimento, ou por autoproteção. Sem conhecer a história quilombola, o grupo corre o risco de perder a própria identidade, e a falta de referência ancestral pode torná-lo vulnerável e disperso nos processos de inclusão e materialização de seus direitos.

## METODOLOGIA

Na pesquisa ora apresentada, optou-se por uma abordagem qualitativa, ou seja, o estudo “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31). Dessa forma, a abordagem qualitativa permite dar ao tema uma análise sobre a maneira como a comunidade entrevistada se autodenomina e quais são os princípios que norteiam a construção da identidade étnica do grupo.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa de campo com experiências vivenciais. De acordo com Minayo (1994, p. 53), a pesquisa de campo é “o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação”. Assim, a pesquisa de campo possibilitou a compreensão de aspectos que compõem o processo de pertencimento e a identidade étnica em uma comunidade de remanescentes quilombolas em Joinville, em sua constituição social.

Além da vivência em campo por um período de seis meses, aproximadamente quatro horas por dia (uma tarde por semana), foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas com moradores residentes da Comunidade Beco do Caminho Curto<sup>10</sup>. A entrevista, sem

<sup>10</sup> O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética (CEP) da Univille, sob Parecer n.º 33726920.7.0000.5366, em 2019.

acesso prévio aos participantes, continha 19 questões objetivas/semiestruturadas para cada sujeito, que foram entrevistados separadamente<sup>11</sup>.

No decorrer das atividades de extensão desenvolvidas, bem como das incursões de pesquisa, identificaram-se alguns moradores que possuíam representatividade significativa no contexto observado. Por isso, priorizaram-se dois homens acima de 60 anos de idade, pela memória de tempos mais distantes, que poderiam contribuir com o entendimento da história da comunidade e com reflexões acerca da identificação. Além deles, também foram entrevistadas duas mulheres que ocupam lugar de liderança na comunidade. As lideranças representam para a pesquisa a possibilidade de acesso a informações mais aprofundadas sobre as famílias residentes na comunidade e seu dia a dia.

Salientamos que optamos por identificar os entrevistados apenas pelas iniciais de seus nomes e sobrenomes.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao discutir os processos de construção das identidades e empoderamento étnico, os estudos das relações étnicas têm ampliado as formas de problematização tanto das práticas cotidianas dessas relações como dos enfrentamentos de ações políticas, que buscam propiciar visibilidade a tais processos.

No conjunto das entrevistas realizadas para a pesquisa, nota-se uma heterogeneidade nas formas de narrar o pertencimento e identificação como comunidade quilombola, seus desafios, os dramas vividos e as estratégias de sobrevivência diante de uma situação nem sempre elaborada, como de racismo estrutural, uma vez que, conforme nos ajuda a compreender Almeida (2019), a máquina poderosa do racismo naturaliza tal realidade e o torna muitas vezes invisível para aqueles que são afetados por essa política histórica e socioeconômica do capitalismo.

Segundo Almeida (2021, p. 7),

ao contrário do que apregoam as leituras liberais, racismo não é apenas um problema ético, uma categoria jurídica ou um dado psicológico. Racismo é uma relação social, que se estrutura política e economicamente.

Para Almeida (2019, p. 16), “o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea”.

A complexidade do processo do racismo como algo estrutural pode ser problematizada por meio da análise das narrativas produzidas pelos sujeitos da Comunidade Quilombola

<sup>11</sup> O roteiro continha algumas questões relacionadas aos dados pessoais: nome completo, data e local de nascimento; filiação: nome do pai, da mãe e dos avós; quantidade de irmãos; o que a pessoa sabia sobre a origem da família: no que os pais trabalhavam, como eles se conheceram e se casaram, como descreveria o pai e a mãe. Perguntou-se também sobre onde a família morava quando o entrevistado nasceu, que lembranças tinha de sua infância/juventude, que lembranças tinha da casa de sua família. Outras questões diziam respeito à descrição da rua e do bairro onde morou; o que marcou ou teria marcado mais a sua infância; quais eram as brincadeiras favoritas; qual a rotina dentro de casa; se se falava outro idioma. Ainda, se sabia como aquela comunidade se formou em questões relacionadas à percepção de alguma transformação na comunidade nos últimos anos; como descreveria sua participação nessas transformações; se, além da comunidade, frequentava outras localidades da mesma região. Por último, como descreveria o valor das tradições para as novas gerações; se existia alguma tradição que gostaria que fosse preservada; qual era a avaliação quanto ao suporte do governo; se os órgãos municipais poderiam ajudar nas necessidades da comunidade.

Beco do Caminho Curto. Quando questionado sobre a existência de racismo ou se viveu situações relacionadas a isso, o entrevistado afirma, na grande maioria das vezes, que nunca sofreu racismo, mas que já ouviu o relato de alguém próximo, como um filho ou sobrinho que tenha passado por esse tipo de discriminação. No entanto não há uma percepção de que a própria condição social e econômica na qual se encontra possa estar relacionada ao que Moreira (2017, p. 102) chama de “discriminação indireta”:

Uma norma jurídica, política pública ou decisão institucional podem obedecer ao princípio da generalidade, não sendo dirigidas a nenhum grupo específico. Porém, a sua aplicação pode ter um efeito desproporcional sobre uma determinada classe de indivíduos, o que caracteriza a discriminação indireta.

Conforme relato do Sr. M. O.<sup>12</sup>, morador antigo do Beco do Caminho Curto, ao ser indagado sobre discriminações ou preconceitos em sua trajetória de vida, afirmou nunca ter vivenciado nada desse tipo, enfatizando ainda que sempre foi muito bem tratado por “todos os alemães da região”. Importante destacar a fala sobre a relação que o Sr. M. O. diz ter à época com “os alemães”. O referido espaço territorial foi colonizado por descendentes de germânicos, colonizadores esses que utilizaram, segundo aponta as pesquisas de Cunha (2008), mão de obra de pessoas escravizadas. A narrativa do Sr. M. O. aponta uma convivência “cordial”, contudo há uma classificação clara, no nosso entendimento, de separação de grupo entre “os alemães da região” e os demais moradores da localidade. Aqui se vislumbra a possibilidade de aqueles que moram ao redor da comunidade praticarem a “discriminação inconsciente” (MOREIRA, 2017), situação em que eles, ainda que busquem reprimir o racismo por entender que não é socialmente aceitável, permanecem fazendo associações negativas e estigmatizando as pessoas. Dessa perspectiva, poderíamos problematizar também uma espécie de segregacionismo naturalizado: “os alemães” e os “moradores da comunidade” fixando identidades (HALL, 2019) e não reconhecendo processos de construção de identificação.

Quando descreveu a história de quando era solteiro, o Sr. M. O. lembrou-se de que na época não teve interesse de iniciar um relacionamento com uma mulher, que era “formada em faculdade”, pelo fato de ela ser negra. Para ele, assim, evitaria que seus filhos com a referida mulher fossem negros como ele. Evidenciou-se nessa narrativa que a negação da discriminação racial foi uma estratégia para embranquecer seus descendentes, possivelmente para poder escapar de uma série de situações de preconceito que, no seu entendimento, sofreriam. Novamente Almeida (2019, p. 50) nos ajuda a compreender tal posicionamento quando reflete que, “mais do que a consciência, o racismo como ideologia molda o inconsciente” (grifo do autor), de forma a existir um engendramento que vai da produção social do racismo, envolve os indivíduos em seu desenvolvimento de consciência e por vezes se efetiva em sua subjetividade, assim como narrou o Sr. M. O.

A Sra. M. A. R.<sup>13</sup> também negou ter sofrido algum caso de racismo: “Não. Nunca. Até hoje, graças a Deus”. A resposta provoca-nos a pensar, em um primeiro momento, como uma pessoa, que afirma não ter sofrido preconceito, não percebe sua situação historicamente marcada pela violência racial. A problematização de sua narrativa pode apontar para uma ausência de consciência de sua condição negra ou, por outro lado, para a negação daquilo

<sup>12</sup> Entrevista realizada em 29 de maio de 2019, na Comunidade Beco do Caminho Curto, pelo professor Tales Vicenzi e pela estudante de Psicologia Salete dos Santos da Silva.

<sup>13</sup> Entrevista realizada em 28 de agosto de 2019, na Comunidade Beco do Caminho Curto, pelo professor Tales Vicenzi e pela estudante de Psicologia Salete dos Santos da Silva. Também participou dessa entrevista o marido da senhora M. A. R., o senhor J. R.

que não quer reconhecer, uma forma de suportar a realidade da violência sofrida ao longo de toda a sua trajetória e que não deseja que faça parte de sua biografia.

Quando questionada acerca do que significaria pertencer a uma comunidade quilombola e do que mudou após tal reconhecimento, a entrevistada afirmou: “É que nós... a gente virou gente, né?! Antes não era!”. Podemos perceber nessa narrativa a constatação de que o meio social pouco valorizava os sujeitos que viviam na comunidade, seja pelas condições sociais e econômicas, seja pelas questões étnicas. Algo parece ter mudado, entretanto, quando a entrevistada afirma: “a gente virou gente”. Essa expressão é rica para compreendermos como há diversas variáveis no processo de empoderamento dos sujeitos. Na narrativa da Sra. M. A. R., o processo deu-se de fora para dentro. O que a levou a se sentir/virar gente foi a certificação. Então seu fortalecimento ocorreu no processo de reconhecimento externo? A certificação visibilizou o cidadão de direitos? É interessante discutir pela perspectiva de M. A. R., porque nessa fala está presente a descoberta do valor de pertencer a uma comunidade quilombola e o que ela pode significar para romper com a ideia de que antes “não era gente”. Assim, o “não ser gente” não era compreendido como um preconceito, mas “o agora ser” pode ser lido como a conquista de dignidade, de igualdade.

Também a narrativa produzida pela Sra. V. G. N. B.<sup>14</sup> colabora com essa questão:

*É visível que o negro é malvisto e discriminado por sua cor. Eu mesma, por diversas vezes em que precisei de atendimento de serviços públicos, a espera era longa e era mal atendida, eu acredito que por ser pobre e negra. Depois do reconhecimento e certificação da comunidade quilombola, sou bem atendida.*

A Sra. V. G. N. B. descreveu ainda como se sentiu quando o filho sofreu racismo na escola, no ensino fundamental: “É, isso me machucou bastante. Eu cheguei a chorar, queria tirar ele da escola. Nas duas primeiras semanas ele não quis ir. Eu fui, conversei na escola”. A dor pelo filho despertou na mãe uma ação de diálogo, uma atitude de procurar entender o que estava ocorrendo. Segundo ela, a situação se arrastou, e ela queria uma posição do pai do menino que havia agido com preconceito com seu filho. “Eu peguei o pai dele na rua, conversei com ele, falei que eu ia fazer um boletim de ocorrência, porque o meu filho tava chorando e eu não queria isso pra ele”. A ação de V. G. N. B. indica uma consciência política sobre o caso: ela tem noção de seus direitos, porque informa o responsável de que fará “um boletim de ocorrência”, que chamará um advogado. Por outro lado, mostra a dor de uma mãe que vê seu filho chorando e não deseja isso como futuro para o menino. Misturam-se aí uma constatação da dureza do preconceito na infância e o vislumbre de um futuro marcado por essa violência.

Visivelmente presente na estrutura social, a discriminação e o preconceito estendem-se entre as relações do cotidiano das populações das comunidades, segregando os afrodescendentes e colocando-os em desvantagem, quer por classificação, quer pela invisibilidade. Dessa forma, o local de pertencimento de um indivíduo, ou de um grupo, ainda está sujeito às delimitações de uma estrutura social dominante, que determina o lugar de filiação de cada ser na sociedade contemporânea, ditado por padrões sociais e culturais. Tais padrões estão associados ao ser branco, ao branco como belo, ao consumo de cultura e valores eurocêntricos, à ideia do branco bem-sucedido unicamente por seus méritos, do negro como subalternizado, como força física, mas não pela capacidade intelectual, entre muitos outros fatores (CARDOSO, 2010; OLIVEIRA *et al.*, 2018).

Outra problematização relevante que permeia a pesquisa ora apresentada se refere às questões da memória da ancestralidade, o quanto se tem conhecimento dessa história e se

<sup>14</sup> Entrevista realizada em 21 de agosto de 2019, na Comunidade Beco do Caminho Curto, pelo professor Tales Vicenzi e pela estudante de Psicologia Salete dos Santos da Silva.

há diálogos entre o passado e o presente na construção do pertencimento. A influência que o conhecimento da ancestralidade proporciona está associada à autodenominação étnica e, por isso, de acordo com Oliveira (2003), a identidade étnica é afirmada “negando” a outra identidade, revelando tamanha emergência de uma identidade étnica consolidada. No caso do Brasil, porém, esse processo fica distorcido; compreende-se isso ao analisar o processo histórico em que houve o embranquecimento da população e tentativas de apagar a herança negra do país (cf. CARONE; BENTO, 2002; SANTOS, 2018).

Desse modo, muitas vezes a omissão ou o desconhecimento das ascendências pode afetar o sentimento de pertencimento de uma pessoa em determinada etnia. O Sr. P. M.<sup>15</sup>, ao ser indagado sobre sua ancestralidade, afirmou: *“Fiquei sabendo agora, há pouco tempo, que veio da África a avó do meu pai. Quando faleceu, já tinha uns 90 anos, morava ali perto da igreja”*. Essa informação dada pelo Sr. P. M. abre muitas perspectivas de pesquisa, entre elas: teria seu avô vindo da África já como escravizado? Seu pai teria permanecido nessa condição na mesma propriedade? Quando esses laços com a escravidão se rompem? E como? Tais questões a entrevista não conseguiu provocar, mas elas nos indicam um longo caminho para compreender os indícios da presença de pessoas escravizadas em Joinville e região. O entrevistado é um dos moradores mais antigos da comunidade. No momento da entrevista, em 2019, estava com 73 anos de idade. Até pouco tempo atrás, contudo, como descreveu, não sabia da origem de sua família. Ao ser questionado a respeito de como se identifica etnicamente, descreveu-se como pardo: *“Eu vou dizer que sou pardo, porque meu pai era preto, bem moreno, só tinha o mais velho que era bem escuro também, o resto era tudo assim mulato”*.

Em contrapartida, de acordo com Silva (2018), no decorrer do processo histórico de embranquecimento de um país predominantemente negro, a aceitação social (as estratégias de uso das classificações pela população) tem se baseado na denominada pigmentocracia ou colorismo. Por esse motivo, os pretos (categoria utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), sobretudo, encontraram dificuldades para se reconhecerem por muito tempo no Brasil. Para Souza Filho (2008), tal característica é típica de ambientes desencorajadores do processo identitário. Segundo Silva (2018, p. 60), nasceram, ao longo da história do país, alguns termos para a classificação dos chamados mestiços:

Mulatos (filhos de brancos com negros), cafuzos (filhos de negros com índios), mamelucos (filhos de brancos com índios), e, mais tarde, os “Pardos”, utilizada pelo IBGE [...] para definir pessoas com variadas ascendências étnicas.

Conseqüentemente, veem-se uma população com diversas origens, variadas culturas e tradições e uma gama infindável de cores de pele que buscam se sentir aceitas, autodenominando-se com padrões de classificação que se aproximam da aceitação social. Uma fala nesta pesquisa que evidenciou a necessidade de negação de sua cor foi a de uma senhora identificada como M. A. R., autodenominada parda (embora seja visível a sua cor negra) e descendente da maioria negra da comunidade analisada. O Sr. M. O., tio de M. A. R., autodenomina-se negro e diz que sempre foi disciplinado com as pessoas que ele considera superiores. Mesmo no exército, quando serviu no 62.º Batalhão de Infantaria, diz que nunca sofreu preconceitos em relação à sua cor, entretanto é o morador anteriormente citado que mencionou que não quis casar-se com uma moça por ela ser negra e ele temer que seus filhos fossem muito negros.

<sup>15</sup> Entrevista realizada em 7 de agosto de 2019, na Comunidade Beco do Caminho Curto, pela estudante de Psicologia Salete dos Santos da Silva.

Quando ouvimos o Sr. M. O. relatar que oferecia seus trabalhos sempre sem vínculo empregatício e hoje se encontra doente, impossibilitado de trabalhar, sem aposentadoria nem benefícios, enfrentando muitas dificuldades financeiras, compreendemos um pouco a atual situação socioeconômica em que se encontra a Comunidade Beco do Caminho Curto. Assim como o Sr. M. O., a maioria dos moradores mais antigos dessa comunidade afirma que seus familiares buscavam a subsistência de maneira informal, submetendo-se a trabalhos temporários sem garantias trabalhistas, gerando, dessa forma, um processo de empobrecimento e de não garantias fundamentais para esses indivíduos.

Observou-se nas narrativas produzidas pelos entrevistados, bem como nas vivências do Projeto Integrado, que, ao tomar conhecimento das histórias dos seus antepassados e ao refletirem conjuntamente sobre sua condição de comunidade quilombola, suas memórias e percepções acerca de sua etnia foram ganhando espaço para pensar seu passado e, mais do que isso, entender o seu presente. Trata-se do processo de reconhecimento de uma identidade étnica positiva que, ao nosso ver, passará por um encadeamento de garantia de direitos, entre eles a inclusão na educação formal, mas, sobretudo, um processo de partilha das memórias daqueles que viveram e vivem a construção cotidiana daquela comunidade, seja essa construção material, afetiva ou histórica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora amparada na Constituição por garantias fundamentais que asseguram que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se [...] a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade” (BRASIL, 1988), para as populações afrodescendentes e remanescentes das comunidades quilombolas a igualdade de direitos ainda faz parte dos desafios diários e das constantes lutas por igualdade social.

Nessa perspectiva, é possível compreender que os processos de branqueamento e discriminação impactaram essa comunidade no decorrer de sua construção histórica e social. Cada indivíduo entrevistado descreveu em seus relatos diferentes formas de discriminação, mas também evidenciou outras tantas maneiras de resistir a essa opressão. Em muitos relatos, a negação do racismo foi um caminho escolhido para diminuir a pressão desse tipo de violência e, por vezes, como uma estratégia de driblar, de vencer aquela realidade violenta. Os sujeitos que habitam essa comunidade contribuíram para a formação do espaço onde vivem, mas não somente da Comunidade Beco do Caminho Curto, como também da região de Pirabeiraba, vista pela cidade de Joinville como um local de prevalência germânica.

No momento das conclusões parciais de nossa pesquisa, algumas questões se destacam. A primeira delas nos remete ao espaço geográfico da Comunidade Beco do Caminho Curto. As casas, em situação muito precária, resistem ao tempo e trazem as marcas de uma história que pouco foi contada. Se por um lado nesse espaço as condições de distanciamento territorial e social dificultam o acesso à cidade, mantendo, por consequência, seus moradores invisibilizados socialmente, por outro, é nesse aglomerado de aproximadamente 27 famílias (mais ou menos 150 pessoas) que a vida comunitária pulsa. É ali que os conflitos internos se desenrolam, que as tensões entre e nos núcleos familiares são resolvidas. É ali também que a identidade étnica aparece e, por vezes, se esconde. A segunda questão nos conduz para a força das mulheres dessa comunidade, que, apesar das dificuldades, são as lideranças majoritárias e se destacam pela busca por melhores condições de saúde e educação para suas famílias, mesmo enfrentando resistências por conta do preconceito racial e social e da falta de reconhecimento. Atualmente, por meio das políticas públicas diferenciadas, específicas para comunidades quilombolas, as lideranças vêm avançando de forma significativa na conquista de seus espaços e, à medida que se organizam, começam a sobressair-se e inserir-se na sociedade em vários setores, na luta pela garantia de seus direitos e por representatividade social.

Ainda, no que se refere ao processo de construção social e ao sentimento de pertencimento à cultura e história afro, faz-se necessário apontar uma terceira questão, referente a alguns elementos evidenciados nas narrativas de nossos entrevistados. Diversos fatores contribuem para a fragilização dessa população, entre eles a desinformação da cultura e da história de seus antepassados, a ausência de espaços para a vivência das memórias ancestrais e a frágil discussão sobre os aspectos políticos que envolvem o reconhecimento de uma comunidade remanescente de quilombola.

Foi possível observar na pesquisa de campo indícios de como se dá o processo identitário, uma vez que alguns entrevistados se autoclassificam nestes termos – afirmam ser “pardos”, ou “morenos”, negando, por vezes, sua condição afrodescendente. Assim, entre os entrevistados, duas pessoas se autodenominaram pardas ou morenas e duas disseram ser negras, contudo nenhum dos participantes das entrevistas afirmou ter sofrido alguma forma de preconceito racial. Por outro lado, em diversas ocasiões relataram situações discriminatórias com algum parente próximo, como filhos ou sobrinhos, revelando que o preconceito racial existe e faz parte da experiência daquela comunidade. Em oposição à sociedade local, a comunidade afirma-se como “não branca” em relação aos de fora: “os brancos”. A questão também é relacional, situacional, mas, sobretudo, estrutural.

Dessa forma, entendemos que o processo de empoderamento étnico é complexo e só acontecerá com a sensibilização dos próprios moradores daquela comunidade. A promoção da cidadania precisa ser estimulada ainda mais, porém essa é uma prática cotidiana que envolve todos os atores sociais, moradores, escola, equipe do projeto, agentes de saúde que atendem a comunidade, poder público, entre outros.

O reconhecimento dessa comunidade como remanescente de quilombolas traz para ela novas perspectivas, como a compreensão de que seus membros fazem parte da cidade e que é necessário visibilizar tal história.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. de. A experiência de mulheres quilombolas: raça e gênero na criação de corpos étnicos. *In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS*, 16., 2014. **Anais** [...]. Disponível em: [http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1402090314\\_ARQUIVO\\_MarileaAnpuh2014-Versaofinal-1.pdf](http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1402090314_ARQUIVO_MarileaAnpuh2014-Versaofinal-1.pdf). Acesso em: 23 jul. 2021.

ALMEIDA, S. L. de (org.). **Marxismo e questão racial**. Dossiê margem esquerda. São Paulo: Editora Boitempo, 2021.

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, M. A. S.; ALKMIN, G. C. **A política identitária em questão**: reflexões a partir de Judith Butler e Achille Mbembe. Brasília, 2021. Disponível em: <https://philarchive.org/archive/ALKAPI-2>. Acesso em: 23 jul. 2021.

ANJOS, R. S. A. dos. **A África brasileira**: população e territorialidade. Brasília: Ciga / Cespe – UnB, 2010. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23808/3/ARTIGO\\_AfricaBrasileiraPopulacao.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23808/3/ARTIGO_AfricaBrasileiraPopulacao.pdf). Acesso em: 1.º out. 2020.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (org.). **Psicologia social do racismo** – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58. Disponível em: <http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 18 dez. 2019.

BRASIL. **Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos 113 quilombos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm). Acesso em: 10 ago. 2019.

CARDOSO, L. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, p. 607-630, 2010.

CARDOSO, L. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre relações raciais no Brasil (período: 1957-2007). 2008. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (org.). Psicologia social do racismo: estudos de branquitude e branqueamento no Brasil. In: RACISMO INSTITUCIONAL: FÓRUM DE DEBATES, EDUCAÇÃO E SAÚDE. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. Edição digital.

CASHMORE, E. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. 2. ed. São Paulo: Selo Negro Edições, 2000.

COELHO, I. **Pelas tramas de uma cidade migrante**. 1. ed. Joinville: Editora Univille, 2011.

CONAQ – COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS. **Quilombo? Quem somos nós!** Disponível em: <http://conaq.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 18 dez. 2019.

CUNHA, D. **História do trabalho em Joinville**: gênese. Joinville: TodaLetra, 2008.

DUARTE-VIEIRA, A. Acesso à saúde de populações vulneráveis: uma visão sob o enfoque da bioética. **Bioética y Derecho**, n. 43, 2018. Disponível em: [http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1886-58872018000200015&lng=es&nrm=iso](http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1886-58872018000200015&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 6 jul. 2019.

FÉLIX-SILVA, A. V.; SOARES, G. P.; SANTOS, A. C.; RIGOTI, L. M. B.; NASCIMENTO, M. V. N. A psicologia no contexto das comunidades tradicionais: da emergência étnica à perspectiva ético-estético-política. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, p. 130-146, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v39nspe/1982-3703-pcp-39-spe01-e222599.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.



FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certificação quilombola**. Disponível em: [http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551](http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551). Acesso em: 26 jul. 2021.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2019.

GUEDES, S. P. L. de C. A escravidão em uma colônia de “alemães”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Anais** [...]. São Leopoldo: Anpuh, 2007. p. 1-9.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Disponível em: [https://gruponsepr.files.wordpress.com/2016/10/hasenbalg-discriminac3a7c3a3o-e-desigualdades-raciais-no-brasil-\\_carlos-hasenbalg.pdf](https://gruponsepr.files.wordpress.com/2016/10/hasenbalg-discriminac3a7c3a3o-e-desigualdades-raciais-no-brasil-_carlos-hasenbalg.pdf). Acesso em: 26 jul. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2019a. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf). Acesso em: 14 nov. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **História & fotos**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joinville/historico>. Acesso em: 2 fev. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. 2019b. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf). Acesso em: 14 nov. 2020.

JULIÃO, L. G. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, geógrafo: “A geografia da escola não reflete a realidade”. **Portal Geledés**. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/rafael-sanzio-araujo-dos-anjos-geografo-a-geografia-da-escola-nao-reflete-a-realidade/>. Acesso em: 17 out. 2020.

LEITE, I. B. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 965-977, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2008000300015&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300015&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 14 nov. 2020.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v. IV, n. 2, p. 333-354, 2000. Disponível em: [http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_04/N2/Vol\\_iv\\_N2\\_333-354.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf). Acesso em: 27 jul. 2021.

MASIERO, A. L. A Psicologia racial no Brasil (1918-1929). **Estudos de Psicologia**, 2005, p. 199-206.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOREIRA, A. D. **O que é discriminação?** Belo Horizonte: Letramento, Casa do Direito, Justificando, 2017.

NUNES, S. da S. **Racismo contra negros: um estudo sobre o preconceito sutil.** Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-27072010-082636/publico/nunes\\_do.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-27072010-082636/publico/nunes_do.pdf). Acesso em: 26 jul. 2021.

OLIVEIRA, C. M. de et al. A quebra do padrão de beleza: a aceitação da mulher negra na sociedade. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ENSINO E CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS E LUSITANAS (SINAFRO), 17 a 19 de abril de 2018, Pau dos Ferros (RN). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), 2018. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/sinafro/2018/TRABALHO\\_EV118\\_MD2\\_SA5\\_ID283\\_11042018215205.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/sinafro/2018/TRABALHO_EV118_MD2_SA5_ID283_11042018215205.pdf). Acesso em: 17 fev. 2022.

OLIVEIRA, R. C. Identidade étnica, identificação e manipulação. **Sociedade e Cultura**, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/viewFile/912/1116>. Acesso em: 8 maio 2019.

PAULANI, L. M. Neoliberalismo e individualismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643138/10688>. Acesso em: 23 jul. 2021.

POLLACK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Joinville: cidade em dados – 2017.** Joinville, 2017. p. 73. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Joinville-Cidade-em-Dados-2017.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

SANTOS, E. B. Branquismo, pensamento colonizado e racismo no Brasil. In: SEMINÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 3., 2018. **Anais [...]**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

SANTOS, J. E. dos. **Transformações e deslocamentos identitários entre descendentes de alemães em Joinville/SC a partir do referencial linguístico.** 2013. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2013. Disponível em: [https://www.google.com/l?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjkrfH4eXxAhWuHLkGHXvmCAOQFjASeqQIHRAD&url=https%3A%2F%2Fwww.univille.edu.br%2Fcommunity%2Fmestradopcs%2FVirtualDisk.html%2FdownloadFile%2F525882%2FJailson.PDF&usg=AOvVaw2ihEE1P518\\_huxH5CbX8EZ](https://www.google.com/l?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjkrfH4eXxAhWuHLkGHXvmCAOQFjASeqQIHRAD&url=https%3A%2F%2Fwww.univille.edu.br%2Fcommunity%2Fmestradopcs%2FVirtualDisk.html%2FdownloadFile%2F525882%2FJailson.PDF&usg=AOvVaw2ihEE1P518_huxH5CbX8EZ). Acesso em: 23 maio 2021.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X2002000100008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2002000100008). Acesso em: 18 dez. 2019.

SILVA, A. B. do N. O impacto do colorismo no feminismo negro do Brasil. **Humanidades em Perspectivas**, 2018. Disponível em: <https://cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/749>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. da; HALL, S.; WOODWARD, K. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SOUZA, V. S. de. **A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)**. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA FILHO, E. A. de. Representações e relações entre estudantes no Rio de Janeiro: conversas, piadas e assistência à TV, segundo o grupo étnico autodefinido. **Psicologia da Educação**, São Paulo, 2008. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752008000200009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752008000200009). Acesso em: 30 nov. 2018.